

MIGUEL REALE JÚNIOR

MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

COORDENAÇÃO

Coleção 80 anos do

CÓDIGO PENAL

VOLUME

1

Parte Geral

RENÉ ARIEL DOTTI

Prefácio

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiários: Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourri

Estagiárias: Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Coleção 80 anos do Código Penal : volume 1 : parte geral / Miguel Reale Júnior e Maria Thereza de Assis Moura, coordenadores. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-5614-351-4

1. Direito penal - Legislação - Brasil 2. Processo penal . Brasil I. Reale Júnior, Miguel. II. Moura, Maria Thereza de Assis.

20-46326

C■U-343(81)(094.4)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil : Código Penal 343(81)(094.4)
2. Código Penal : Brasil 343(81)(094.4)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA A FRANCISCO DE ASSIS TOLEDO	5
APLAUSOS PARA UM MONUMENTO DO DIREITO BRASILEIRO	7
PREFÁCIO	11
SOBRE OS COORDENADORES	19
SOBRE OS AUTORES	21
PERICULOSIDADE E CULPABILIDADE NO SISTEMA DE PENAS	
MIGUEL REALE JÚNIOR	33
1. Os projetos de código e o Código de 40	33
2. O Anteprojeto Nelson Hungria	35
3. O Código Penal de 1969	37
4. A Lei n. 6.016/73	38
5. A Lei n. 6.416/77	40
6. As incertezas da periculosidade	43
7. A nova parte geral	44
8. A Lei n. 9.714/98 e o Projeto de 2000	47
A TEORIA DO TIPO NA PARTE GERAL DE 1940: UM PANORAMA CRÍTICO A PARTIR DE SUAS INSPIRAÇÕES LEGISLATIVAS	
CHRISTIANO FRAGOSO	49
1. Introdução	49
2. Os projetos entre o CP de 1890 e o CP de 1940	51
3. Panorama inicial da teoria do tipo no CP 1940	52
4. Relação de causalidade	52
5. Imputação de responsabilidade por omissão	55

6. Crime consumado.....	56
7. Tentativa.....	57
8. Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	60
9. Crime impossível.....	61
10. Conceito de dolo.....	63
11. Conceito de culpa.....	68
12. Erro de direito.....	69
13. Erro de fato.....	70
14. Da coautoria.....	71
15. Conclusões.....	74
16. Bibliografia.....	75

AS RAZÕES DO ANACRONISMO DA PARTE GERAL DO CÓDIGO PENAL

ORLANDO FACCINI NETO.....	77
1. Introdução.....	77
2. A superveniência de uma nova ordem constitucional.....	78
3. A prevalência da política criminal.....	81
4. Novos modelos de criminalidade.....	84
5. Excurso: algumas propostas de reformulação.....	89
Conclusão.....	94
Referências bibliográficas.....	95

A DISTINÇÃO ENTRE AÇÃO E OMISSÃO NO CASO DOS COMPORTAMENTOS AMBIVALENTES: UMA NOTÍCIA SOBRE A DISCUSSÃO E AS SOLUÇÕES PROPOSTAS

HELOISA ESTELLITA.....	97
A. Introdução.....	97
B. Grupos de casos.....	102
I. Crimes culposos.....	102
II. <i>Omissio libera in causa</i>	103
III. Interrupção de cursos causais salvadores.....	103
C. Critérios de delimitação entre comissão por ação e omissão.....	104
I. Critério do centro de gravidade da reprovabilidade.....	104

II. Critério do emprego de energia e da causalidade	105
D. Grupos de casos e propostas de solução	108
I. Crimes culposos	108
II. <i>Omissio libera in causa</i>	112
III. Interrupções de cursos causais salvadores	114
E. Conclusão	118
Referências bibliográficas	119

RESULTADO, CAUSALIDADE E IMPUTAÇÃO OBJETIVA. VELHOS E NOVOS OLHARES SOBRE O ARTIGO 13 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO

FABIO ROBERTO D'AVILA	123
1. Aspectos introdutórios	123
2. O resultado	124
3. A imputação do resultado típico	129
3.1. O artigo 13, <i>caput</i> , segunda parte, do CP	129
3.2. Concurso de causas e o § 1º do artigo 13	131
4. Para além da simples causalidade, um legítimo juízo de imputação	137
5. Conclusão	145
6. Bibliografia	145

DOLO EVENTUAL E CULPA CONSCIENTE

GUILHERME DE SOUZA NUCCI	149
1. Introdução	149
2. Conceito de dolo	150
3. Teorias do dolo	151
3.1. Teoria da vontade, do consentimento ou do assentimento	151
3.2. Teoria da representação, do conhecimento ou da possibilidade	152
3.2.1. Teoria da probabilidade	159
3.3. Teoria significativa	159
4. Características do dolo	167
5. Espécies de dolo	167
6. Conceito de culpa	168
7. Elementos da culpa	169

7.1. Detecção da previsibilidade	171
7.1.1. Previsibilidade objetiva	172
7.1.2. Previsibilidade subjetiva	173
7.1.3. Previsibilidade objetivo-subjetiva	173
7.2. Culpa inconsciente e culpa consciente	174
8. Espécies de culpa	175
9. Diferenciação entre dolo eventual e culpa consciente.....	176
9.1. Os crimes de trânsito	181
10. Conclusão	183
11. Bibliografia	191

REFLEXÕES SOBRE A TEORIA DO DOMÍNIO DO FATO

GUSTAVO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA E OSWALDO HENRIQUE DUEK MARQUES.....	195
Introdução	195
1. Do concurso de pessoas	196
2. As teorias sobre autoria e participação	199
2.1. A teoria unitária ou extensiva (não diferenciadora)	199
2.2. A teoria restritiva (ou diferenciadora)	201
2.2.1. A teoria restritiva	201
2.2.2. Proposta subjetiva	202
2.2.3. <i>A proposta objetivo-subjetiva ou teoria do domínio do fato</i>	203
3. A compatibilidade de critérios estabelecidos para o tratamento do concurso de pessoas com os princípios constitucionais penais.....	210
3.1. Princípio da legalidade	210
3.2. Princípio da culpabilidade.....	213
3.2.1. Vedação de responsabilidade objetiva e concurso de pessoas	213
3.2.2. Proporcionalidade/retributividade e concurso de pessoas	214
3.3. A individualização da pena	216
Conclusões	217
Referências bibliográficas	218

TEORIA DO ERRO: DO CÓDIGO PENAL DE 1940 À REFORMA DA PARTE GERAL DE 1984

ALEXANDRE WUNDERLICH.....	221
1. Recorte histórico: <i>homenagem</i>	221
2. O erro: <i>Código Penal de 1940</i>	221
3. O anteprojeto de Nélson Hungria: <i>pretensas mudanças de 1961 até 1978</i>	225
4. Reforma da Parte Geral do Código Penal de 1984: <i>a nova sistemática do erro</i> ...	226
5. Últimas palavras: <i>o erro, o Direito Penal Econômico e a jurisprudência</i>	232
6. Bibliografia.....	234

DA OMISSÃO IMPRÓPRIA POR INGERÊNCIA

PIERPAOLO CRUZ BOTTINI.....	237
1. Introdução.....	237
2. Da ingerência.....	240
3. Do dever de controle.....	243
4. Do dever de salvamento.....	245
5. Da equivalência entre dever de controle e dever de salvamento.....	248
6. O problema do dolo subsequente.....	250
7. Da compatibilidade legislativa.....	251
8. Conclusão.....	254
Referências bibliográficas.....	254

O ERRO COMO PROBLEMA DO LEGISLADOR: UM BREVE BALANÇO POR OCASIÃO DOS 80 ANOS DO CÓDIGO PENAL DE 1940

ALAOR LEITE.....	257
1. O erro como problema do legislador.....	257
2. De 1940 a 1984: uma transição bem-sucedida.....	259
3. O porvir legiferante: há necessidade de reforma legislativa em matéria de erro?.....	261
4. Um balanço.....	270

A MOTIVAÇÃO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA E O ARTIGO 59 DO CÓDIGO PENAL: UMA ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE MODULAÇÃO DA PENA-BASE

RAPHAEL BOLDT.....	271
Introdução – A crise da dogmática e as teorias da pena.....	271

1. A estrutura normativa do sistema punitivo brasileiro.....	274
1.1. A aplicação da pena no Brasil	274
1.1.1. Procedimento judicial de determinação da pena privativa de liberdade: o método trifásico.....	277
2. Pena-base: conceito e caracterização das circunstâncias judiciais.....	278
2.1. Motivação da sentença e atribuição de sentido às circunstâncias judiciais.....	278
2.2. Circunstâncias judiciais em espécie.....	281
3. A volatilidade das circunstâncias judiciais na jurisprudência brasileira	286
3.1. Anemia significativa e a erosão do princípio da legalidade.....	286
Considerações finais – Limites e novos parâmetros para a fixação da pena-base....	290
Referências bibliográficas	291

A IMPUTAÇÃO DO RESULTADO AD DOLO NA *ABERRATIO ICTUS*: UMA BREVE DEFESA DA SOLUÇÃO DA EQUIVALÊNCIA

WAGNER MARTELETO FILHO	295
Introdução	295
1. Hipóteses de <i>aberratio ictus</i> : breve delimitação conceitual e fixação do problema	296
2. A teoria da concretização: a “solução da tentativa”	299
3. As teorias da equivalência formal e material.....	304
3.1. Teoria da “equivalência formal”.....	305
3.2. Teoria da “equivalência material”	308
4. Alguns casos limítrofes entre <i>aberratio ictus</i> e <i>error in persona</i> : delitos à distância e concurso de agentes.....	309
Considerações finais	314
Referências bibliográficas	316

DO ART. 100 DO CÓDIGO PENAL: EM DIREÇÃO A UMA TEORIA DA ACUSAÇÃO?

RICARDO JACOBSEN GLOECKNER.....	319
1. Introito.....	319
2. Fundamentos do direito de ação.....	322
3. As condições da ação e sua validade no processo penal.....	336
4. Referências bibliográficas.....	344

PRESCRIÇÃO NO OCTOGENÁRIO CÓDIGO PENAL

WILLIAM AKERMAN	347
Introdução	347
1. Conceito: da punibilidade à prescrição	348
2. Natureza jurídica, fundamentos políticos e imprescritibilidade	352
3. Espécies de prescrição	355
3.1. Prescrição da pretensão punitiva	357
3.2. Prescrição da pretensão executória	361
3.3. Prescrição virtual	364
4. Causas interruptivas e suspensivas (impeditivas) do prazo prescricional	365
Conclusão	372
Referências bibliográficas	374

MIGUEL REALE JÚNIOR

MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

COORDENAÇÃO

Coleção 80 anos do

CÓDIGO PENAL

VOLUME

2

Parte Especial - Primeiro Tomo

RENÉ ARIEL DOTTI

Prefácio

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiários: Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thaís Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourri

Estagiárias: Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Linotec

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Coleção 80 anos do Código Penal : volume II : parte especial : primeiro tomo / Miguel Reale Júnior e Maria Thereza de Assis Moura, coordenadores. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5614-352-1

1. Direito penal - Legislação - Brasil 2. Processo penal - Brasil I. Reale Júnior, Miguel. II. Moura, Maria Thereza de Assis.

20-46323

CDU-343(81)(094.4)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil : Código penal 343(81)(094.4) 2. Código penal : Brasil 343(81)(094.4)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA A MANOEL PEDRO PIMENTEL	5
APLAUSOS PARA UM MONUMENTO DO DIREITO BRASILEIRO.....	7
PREFÁCIO.....	11
SOBRE OS COORDENADORES.....	19
SOBRE OS AUTORES	21
EVOLUÇÃO LEGISLATIVA DO CRIME DE HOMICÍDIO NO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO DE 1940	
CARLOS ALBERTO GARCETE	31
1. Breve introdução histórica	31
2. Código Criminal de 1830 (Codigo Criminal do Imperio do Brazil)	32
3. Código Penal de 1890 (Codigo Penal dos Estados Unidos do Brazil)	40
4. Código Penal de 1940	44
4.1. A construção do projeto de código	44
4.2. O crime de homicídio no Código Penal de 1940.....	50
4.3. Reforma de 1984.....	52
4.4. Evolução legislativa do homicídio no Código Penal desde 1940.....	53
4.5. Causas de diminuição de pena	55
4.6. Homicídio qualificado	56
4.6.1. Femicídio (Lei n. 13.104/2015).....	59
4.6.2. Qualificadora contra agentes das Forças Públicas (Lei n. 13.142/2015)	66
4.7. Homicídio culposo	67
4.8. Legítima defesa de agentes de segurança pública (Lei n. 13.964/2019 – Pacote Anticrime).....	71
5. Código Penal de 1969. Um estatuto penal que nunca viveu.....	73

26 | COLEÇÃO 80 ANOS DO CÓDIGO PENAL

6. Considerações finais	77
Referências bibliográficas	80

CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA: REFLEXÕES SOBRE SUA EVOLUÇÃO NOS ÚLTIMOS OITENTA ANOS

HELENA REGINA LOBO DA COSTA	83
1. Introdução	83
2. Alterações legislativas	83
3. Evoluções doutrinárias e jurisprudenciais.....	86
3.1. Bem jurídico.....	86
3.2. Incitação ao crime e apologia de crime ou criminoso.....	90
3.3. Associação criminosa	99
3.4. Constituição de milícia privada.....	109
4. Reflexões e perspectivas.....	111
5. Referências bibliográficas.....	114

DIREITO PENAL SEXUAL E A EVOLUÇÃO DA PERCEPÇÃO DA FIGURA FEMININA NOS ÚLTIMOS 80 ANOS

RENATO DE MELLO JORGE SILVEIRA.....	119
Introdução	119
1. A lógica dos crimes sexuais quando da promulgação do Código Penal de 1940	121
2. A mulher casada, a honestidade e a virgindade.....	124
3. Os crimes de adultério e feminicídio diante das variações sobre as possíveis ondas de reforma penal sexual.....	130
4. As grandes reformas brasileiras dos anos 2000 e o foco direcional à mulher: o direito do porvir.....	133
Bibliografia.....	138

NOTAS SOBRE O DELITO DE ESTELIONATO A PARTIR DE SUA CONFORMAÇÃO ESTABELECIDADA PELO CÓDIGO PENAL DE 1940

ANTONIO TOVO.....	143
1. Introdução: percurso dogmático da conduta desde 1940 e perspectivas	143
2. A questão do bem jurídico tutelado: pluriofensividade	146
2.1. Notas iniciais.....	146

2.2. Conceito jurídico-penal de patrimônio	148
2.3. A confiança como bem jurídico	151
2.4. A pluriofensividade do estelionato	153
3. Circunstâncias elementares da figura típica	155
3.1. Introdução: repercussões da vitimodogmática na interpretação típica	155
3.2. Artificio e ardil	157
3.3. O silêncio como ardil	160
3.4. O erro ou engano bastante	161
4. Estelionato e ação penal	163
5. A categoria estelionato contratual e sua utilidade para o direito penal brasileiro	163
5.1. Elementos do Estelionato Contratual	163
5.2. Elementos distintivos entre a fraude civil e a fraude penal	166
6. Decisões judiciais em matéria de estelionato	170
7. Considerações finais	172
Referências bibliográficas	173

PRATICAR CRIMES COM PALAVRAS NO CÓDIGO PENAL: LIBERDADE DE EXPRESSÃO E OS CRIMES DE AMEAÇA, CONTRA A HONRA, APOLOGIA, INCITAÇÃO E DESACATO

DANIL● KNIJNIK	177
1. A decisão da Suprema Corte dos EUA em Kansas em Boettger v. Kansas	177
2. O limite dos limites à liberdade de expressão	180
3. Palavras ditas, palavras ouvidas ou palavras entendidas?	187
4. Crimes em espécie: ameaça	194
5. Crimes contra a honra	195
6. Incitação e apologia do crime	198
7. Desacato	199
8. Conclusões	201
9. Referências bibliográficas	202

NATUREZA JURÍDICO-PENAL DAS INTERVENÇÕES MÉDICAS E O CÓDIGO PENAL BRASILEIRO

PAULO VINÍCIUS SPORLEDER DE SOUZA	207
Introdução	207

1. Da natureza jurídico-penal das intervenções médicas curativas	208
1.1. Da atipicidade das intervenções médicas curativas voluntárias.....	209
1.2. Da licitude das intervenções médicas curativas voluntárias	215
1.3. Da atipicidade/licitude das intervenções médicas curativas excepcionais	218
2. Da natureza jurídico-penal das intervenções médicas experimentais	221
2.1. Experimentação (ou pesquisa) terapêutica	221
2.2. Experimentação (ou pesquisa) não terapêutica.....	227
2.2.1. Experimentação (ou pesquisa) não terapêutica com fins reprováveis	228
3. Da natureza jurídico-penal das intervenções médicas arbitrárias	229
Considerações finais	232
Bibliografia.....	233

REDUÇÃO A CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO NO BRASIL (ART. 149 DO CP) E A ESCRAVIDÃO MODERNA

EDUARDO SAAD-DINIZ E JOÃO VICTOR PALERMO GIANECCHINI.....	237
1. Introdução	237
2. Problemas dogmáticos	243
2.1. Adequada descrição da conduta típica	243
2.2. Abertura normativa e interpretação jurisprudencial	246
2.2.1. Interpretação jurisprudencial: como o Supremo Tribunal Federal (STF) constrói o sentido da redução a condição análoga à de escravo	247
2.3. Consentimento do ofendido.....	253
3. É possível aprender algo a partir da experiência comparada?	255
4. Escravidão moderna.....	257
5. O tráfico de pessoas como exploração do trabalho forçado a partir da Lei n. 13.344/2016	264
6. Conclusão	265

TUTELA PENAL DA HONRA DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO

DANIEL MARCHIONATTI	269
Introdução	269

1. Liberdade de expressão x tutela da honra	271
2. Liberdade de crítica.....	272
3. A jurisprudência do desacato.....	276
4. Injúria, calúnia e difamação e a liberdade de crítica.....	278
5. Qualidade de funcionário público como causa de aumento	280
6. A inviolabilidade parlamentar.....	280
Conclusão	281
Bibliografia.....	282

CORRUPÇÃO PASSIVA

ANDRÉ LUIS CALLEGARI	285
Introdução	285
Desenvolvimento	289
1. Análise da figura típica	289
2. Do elemento subjetivo.....	302
Considerações finais	304
Referências bibliográficas	305

NOTAS SOBRE OS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO CÓDIGO PENAL DE 1940 E O LOBBY

CONRADO ALMEIDA CORRÊA GONTIJO	309
1. O Código Penal de 1940 e a proteção da Administração Pública.....	309
2. O lobby e a Administração Pública: conceito e evolução.....	318
3. Corrupção e lobby	325
4. Prevaricação e lobby	335
5. Advocacia administrativa e lobby	338
6. O lobby e o tráfico de influência e exploração de prestígio.....	342
7. Considerações finais	347
8. Bibliografia.....	348

O CONCEITO GUARDA-CHUVA DO TIPO OBJETIVO DE PREVARICAÇÃO NO CÓDIGO DE 40 E SEUS ANTECEDENTES HISTÓRICOS

FABIO TOFIC SIMANTOB	353
----------------------------	-----

30 | COLEÇÃO 80 ANOS DO CÓDIGO PENAL

1. O Código Penal Imperial de 1830	353
2. O Código Penal Republicano de 1890	360
3. O Código Penal Estado Novista e a desidratação do tipo objetivo de prevaricação	361
4. O conceito guarda-chuva de prevaricação no Código Penal de 1940.....	368
5. Conclusão	371
Referências bibliográficas	372

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DELITOS DE CORRUPÇÃO ATIVA E TRÁFICO DE INFLUÊNCIA EM TRANSAÇÕES COMERCIAIS INTERNACIONAIS – ARTS. 337-B E 337-C DO CÓDIGO PENAL

MARCELO COSTENARO CAVALI	375
1. Introdução	375
2. Extraterritorialidade da lei brasileira	378
3. Sobre a existência de proibição à dupla persecução penal internacional	380
4. Corrupção ativa em transação comercial internacional	383
5. Tráfico de influência em transação comercial internacional	389
6. Referências bibliográficas.....	390

MIGUEL REALE JÚNIOR

MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

COORDENAÇÃO

Coleção 80 anos do

CÓDIGO PENAL

VOLUME

3

Parte Especial – Segundo Tomo

RENÉ ARIEL DOTTI

Prefácio

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiários: Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourí

Estagiárias: Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Linotec

Lider de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezzi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Coleção 80 anos do Código Penal: Volume III: Parte especial: Segundo Tomo /
Maria Thereza de Assis Moura e Miguel Reale Júnior, coordenadores. --São Paulo :
Thomson Reuters Brasil, 2020.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-5614-353-8

1. Direito penal - Legislação - Brasil 2. Processo penal - Brasil I. Reale Júnior,
Miguel. II. Moura, Maria Thereza de Assis.

20-46329

CDU-343(81)(094.4)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Código penal 343(81)(094.4) 2. Código penal : Brasil 343(81)(094.4) Cíbele
Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA A SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO	5
APLAUSOS PARA UM MONUMENTO DO DIREITO BRASILEIRO	7
PREFÁCIO	11
SOBRE OS COORDENADORES	19
SOBRE OS AUTORES	21
OS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO NO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO: UM BALANÇO DE OITO DÉCADAS	
ALAMIRO VELLUDO SALVADOR NETTO	33
1. Considerações iniciais.....	33
2. O conceito de crime patrimonial nos anos 1940.....	35
3. Alterações legislativas e hipertutela patrimonial	39
4. O discurso penal do patrimônio.....	43
5. Breves conclusões	46
6. Bibliografia.....	47
LIMITES, POSSIBILIDADES E ARMADILHAS DO DIREITO PENAL NOS CRIMES QUE ENVOLVEM VIOLÊNCIA DE GÊNERO	
LÍVIA DE MEIRA LIMA PAIVA E ANTONIO EDUARDO RAMIRES SANTORO.....	49
Introdução	49
1. Violência de gênero e bens jurídicos tutelados pelo Código Penal de 1940: a proteção moral do patriarcado	51
2. Reformas do Código Penal em matéria de gênero.....	58
2.1. A Lei 11.106/2005	58
2.2. A Lei 12.015/2009	60
2.3. A Lei 13.718/2018	67

3. Reflexões sobre as mudanças realizadas em matéria de gênero: permanências discriminatórias	71
3.1 Direito Penal, artificialidades e limites para prevenção de crimes de gênero.....	75
3.2. Julgar com perspectiva de gênero.....	78
Referências bibliográficas	83
 REDUÇÃO A CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO E A CHAMADA NOVA ESCRAVIDÃO	
ALBERTO ZACHARIAS TORON.....	87
1. Introdução	87
2. A legislação brasileira e a doutrina.....	90
2.1. O tratamento jurisprudencial da matéria antes da reforma de 2003.....	93
3. A Constituição de 1988, a Convenção Americana de Direitos Humanos e o Tratado de Roma	94
4. A reforma legislativa de 2003.....	96
4.1. A nova interpretação jurisprudencial	100
Bibliografia.....	114
 TUTELA PENAL DA HONRA: DA MÍDIA IMPRESSA DA DÉCADA DE 1940 AO LINCHAMENTO VIRTUAL DO SÉCULO XXI	
GABRIELA MARQUES E IVAN MARQUES	117
Introdução	117
1. A evolução da tutela penal da honra no Brasil até a Codificação de 1940.....	118
2. A importância da honra subjetiva e objetiva para a autonomia moral do ser humano.....	122
3. A intersecção da liberdade de manifestação de opinião com a tutela penal da honra.....	123
4. Os “sábios” agressivos do plano da intolerância/ignorância	125
5. A calúnia, a difamação e a injúria.....	128
5.1. A redação original.....	128
5.2. As alterações legislativas dos crimes contra a honra.....	131
5.3. Consequências retributivas dos crimes contra a honra	131
6. A comunicação no plano digital e os crimes contra a honra	132
7. A utilização da internet para a prática intencional de crimes contra a honra....	133

8. Conclusão	135
Referências bibliográficas	137

AUSÊNCIA DE CONSENTIMENTO COMO FATOR CENTRAL NA TIPIIFICAÇÃO DO CRIME DE ESTU- PRO: TENDÊNCIAS NO PLANO INTERNACIONAL E INTERPRETAÇÃO DO ART. 213 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO

BEATRIZ CORRÊA CAMARGO, MARÍLIA FREITAS LIMA E MARIANA SILVA LEITE.....	139
1. Introdução	140
2. O consentimento no crime de estupro no Brasil (art. 213, CP): resquícios da leitura de 1940	141
3. Uma nova compreensão do consentimento nos crimes sexuais: “não é não” ...	142
4. Direito Penal Sexual “Internacional”: o consentimento como <i>standard</i> inter- nacional de proteção dos Direitos Humanos.....	144
4.1. Organização das Nações Unidas: Declaração de Pequim (1995)	145
4.2. Conselho da Europa	146
4.2.1. Recomendação Rec (2002) 5.....	146
4.2.2. Convenção e o combate à violência contra as mulheres e a vio- lência doméstica – Convenção de Istambul (2011)	148
5. Reflexos das normativas internacionais na Europa.....	150
5.1. Reforma do Direito Penal Sexual na Alemanha (2016)	151
5.2. Reforma do Direito Penal Sexual em Portugal (2015 e 2019)	154
6. Estados Unidos: tendências de reforma e orientação da discussão política sobre o consentimento nos delitos sexuais	161
6.1. Relevância do dissenso para a configuração do estupro: reformas para o reconhecimento de que “não significa não”	162
6.2. Debate sobre a importância do consentimento afirmativo: “apenas sim significa sim”	165
6.3. Exemplos de legislações criminais nos Estados Unidos	167
7. Considerações finais	171
8. Referências bibliográficas.....	172

ASPECTOS CONTROVERTIDOS DO CRIME DE COLABORAÇÃO AO SUICÍDIO OU À AUTOMUTILAÇÃO

JOÃO PAULO MARTINELLI E LEONARDO SCHMITT DE BEM	179
1. Suicídio e proteção da vida	179
2. Automutilação	181

3. Colaboração moral ao suicídio ou à automutilação	182
4. Colaboração material ao suicídio ou à automutilação	184
5. Greve de fome pelos encarcerados	185
6. Término de relacionamento conjugal ou amoroso.....	190
7. Relações médico-paciente	191
8. Recusa de tratamento médico	193
9. Negativa de transfusão de sangue	197
10. Suicídio assistido e autonomia	203
Referências bibliográficas	206

DOS CRIMES CONTRA AS CRENÇAS RELIGIOSAS (NO CÓDIGO PENAL DE 1940)

SHEILA JORGE SELIM DE SALES.....	209
1. Considerações iniciais.....	209
2. A elaboração doutrinária.....	212
2.1. Objeto da tutela penal é a liberdade confessional individual.....	212
2.2. Objeto da tutela penal é o sentimento religioso e, secundariamente, a liberdade individual de confissão religiosa	213
2.3. Em favor da descriminalização	214
2.4. Anotações críticas.....	216
2.4.1. Tutela penal da liberdade religiosa individual?	216
2.4.2. Tutela penal dos sentimentos?	217
3. Nossa posição: secularismo e laicidade.....	222
3.1. Estado secular e sociedade pós-secular	222
3.2. Sobre a laicidade.....	230
3.3. Laicidade e tutela penal das crenças religiosas	234
3.4. Secularismo e laicidade na Constituição da República de 1988	235
4. Considerações conclusivas	243
5. Dos crimes contra as crenças religiosas em espécie	244
5.1. Escárnio por motivo de crença ou função religiosa	246
5.1.1. Objetividade jurídica	246
5.1.2. Sujeitos do delito	249
5.1.3. Outros elementos objetivos do tipo	250

5.1.4. Elemento subjetivo	251
5.1.5. Pena e ação penal	251
5.2. Impedimento ou perturbação de culto ou cerimônia religiosa	251
5.2.1. Objetividade jurídica	251
5.2.2. Sujeitos do delito	252
5.2.3. Outros elementos objetivos do tipo	252
5.2.4. Elemento subjetivo	255
5.2.5. Pena e ação penal	255
5.3. Vilipêndio de ato ou objeto de culto religioso	256
5.3.1. Objeto da tutela penal	256
5.3.2. Sujeitos do delito	256
5.3.3. Outros elementos objetivos do tipo	256
5.3.4. Elemento subjetivo	259
5.3.5. Pena e ação penal	262
5.3.6. Causa especial de aumento de pena. Nossa posição	262
6. Dos crimes contra o sentimento religioso no PLS 236/2012	263
7. Liberdade de manifestação de pensamento <i>versus</i> vilipêndio a objeto de culto religioso	263

OMISSÃO DE NOTIFICAÇÃO DE DOENÇA

SALO DE CARVALHO	267
1. Texto e contexto	267
2. Bem jurídico e perigo de dano	269
3. Tipo objetivo: sujeitos e conduta típica	271
4. Tipo objetivo: norma penal em branco	272
5. Tipo objetivo: consumação e tentativa	277
6. Tipo subjetivo	278
7. Casuística: problemas em torno da imputação (objetiva e subjetiva)	278
8. Pena e forma qualificada	281
9. Ação penal e diversificação processual	281
10. Projeções Político-Criminais	282

11. Referências bibliográficas.....	286
A DOGMÁTICA E A POLÍTICA CRIMINAL DO COMBATE À CORRUPÇÃO E À CRIMINALIDADE ECONÔMICA NOS ÚLTIMOS 80 ANOS: RETROSPECTIVA E PERSPECTIVA	
RODRIGO OLIVEIRA DE CAMARGO E LAIR JUNIOR MENGUE WEBBER.....	289
I. Introdução	289
II. A política criminal brasileira no combate à corrupção e à criminalidade econômica	295
III. O combate à corrupção e à criminalidade econômica em retrospectiva.....	298
IV. O combate à corrupção e à criminalidade econômica em perspectiva	310
V. Conclusão	317
Referências bibliográficas	318
O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA E SUA APLICABILIDADE AO DELITO DE PECULATO	
RICARDO RACHID DE OLIVEIRA.....	325
1. Breves anotações sobre os fundamentos do princípio da insignificância	325
2. Anotações sobre posturas jurisprudenciais a respeito do princípio da insignificância: especial ênfase a sua aplicabilidade ao delito de peculato	331
3. Conclusão	342
4. Referências	343
CRIMES TRIBUTÁRIOS NO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO	
DAVI DE PAIVA COSTA TANGERINO E HENRIQUE OLIVE	345
1. Introdução	345
2. Topografia dos crimes tributários na legislação brasileira.....	346
3. Bem jurídico-penal nos crimes tributários.....	353
4. Apontamentos sobre os crimes tributários no CP 1940	357
4.1. Tipicidade objetiva: a incidência da Súmula Vinculante n. 24 do Supremo Tribunal Federal e a consumação nos crimes tributários do CP 1940 ...	357
4.2. “Princípio da Insignificância”	364
4.2.1. Incidência do princípio da insignificância	366
4.2.2. Critérios para aferir incidência do princípio da insignificância...	371
5. Extinção e suspensão da punibilidade pelo pagamento e parcelamento do crédito tributário.....	377

6. Conclusões.....	383
Referências bibliográficas.....	384

TIPICIDADE SUBJETIVA NO CRIME DE DESCAMINHO. CRÍTICAS À APLICAÇÃO DA TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA PELA JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA

MARINA PINHÃO COELHO ARAÚJO E DANIEL ZACLISS 389	389
1. Problemática	389
2. Considerações iniciais sobre tipicidade objetiva: um crime de natureza tributária	393
3. Elemento subjetivo. Dolo não basta.....	394
3.1. Teoria da cegueira deliberada	395
3.2. A nova dinâmica criminal e a insuficiência teórica em relação aos tradicionais elementos subjetivos: o inevitável convite ao desconhecido	396
3.3. A origem da cegueira deliberada e seu desenvolvimento no Direito norte-americano	399
3.4. A dificuldade teórica de situar a cegueira deliberada na dogmática brasileira: a teoria tradicional do dolo e os limites mal estabelecidos entre dolo eventual e culpa consciente	404
3.5. A desnecessidade de uma nova teoria para verificação do elemento subjetivo nos casos de cegueira deliberada “stricto sensu”	409
4. A natureza tributária do delito de descaminho e indevida extensão da moldura proibitiva da norma pela aplicação da teoria da cegueira deliberada	411
5. Bibliografia.....	414

MIGUEL REALE JÚNIOR

MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

COORDENAÇÃO

Coleção 80 anos do

CÓDIGO PENAL

VOLUME

4

Temas atuais de Direito Penal

RENÉ ARIEL DOTTI

Prefácio

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolína de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiários: Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourir

Estagiárias: Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Coleção 80 anos do código penal : volume IV :
Temas atuais de Direito Penal / Miguel Reale Júnior e Maria Thereza de Assis
Moura, coordenadores. São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-5614-354-5

1. Direito penal - Legislação - Brasil 2. Processo penal Brasil I. Reale Júnior,
Miguel. II. Moura, Maria Thereza de Assis.

20-46333

CDU-343(81)(094.4)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Código penal 343(81)(094.4) 2. Código penal: Brasil 343(81)(094.4)
Cibele Maria Dias Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA A ROGERIO LAURIA TUCCI	5
APLAUSOS PARA UM MONUMENTO DO DIREITO BRASILEIRO	7
PREFÁCIO	11
SOBRE OS COORDENADORES	19
SOBRE OS AUTORES	21
DO CÓDIGO PENAL À LEI ANTICRIME: ENDURECIMENTO, REPRESSÃO E DESIGUALDADES	
ANTONIO BAPTISTA GONÇALVES	33
1. Introdução	33
2. Do Código Criminal do Império à geografia da exclusão.....	35
3. A geografia da exclusão e o sistema penitenciário brasileiro.....	44
4. Endurecimento penal brasileiro e o direito midiático	47
5. A Lei Anticrime.....	52
Conclusão.....	54
Referências.....	55
TRATAMENTOS MÉDICOS ARBITRÁRIOS E A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS NO BRASIL: O ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL DE PROTEÇÃO À SAÚDE PÚBLICA NA LEI 13.979/2020	
GISELE MENDES DE CARVALHO.....	59
Introdução	59
1. Comportamentos puníveis de participação em suicídio e homicídio consentido...	61
1.1. Conceito jurídico-penal de suicídio	61
1.2. O caráter ativo ou passivo do comportamento suicida e a intenção de morrer.....	64
2. Problematização.....	67

3. Normativa aplicável	70
3.1. Art. 146, § 3º, do Código Penal (Constrangimento ilegal justificado)	70
3.2. Resolução nº 1.805/2006-CFM.....	71
3.3. A Resolução nº 2.232/2019-CFM	75
3.4. A Lei nº 13.979/2020	77
4. As recusas de tratamentos médicos vitais e a possível justificação das intervenções salvadoras	78
4.1. Posturas favoráveis à tipicidade do comportamento coercitivo: lesões corporais e constrangimento ilegal.....	79
4.2. Possível justificação da conduta coercitiva	82
4.2.1. Posições favoráveis à exclusão da ilicitude	83
4.2.2. Argumentos contrários à justificação	84
5. Tratamentos médicos arbitrários durante o período da pandemia da COVID-19: a Lei nº 13.979/2020 e o estrito cumprimento do dever legal do médico de tratar em atenção à saúde pública	86
Conclusões	90
Bibliografia.....	93

A NOVA PUNIBILIDADE E SEU IMPRESCINDÍVEL PAPEL NOS PRESSUPOSTOS DE JUSTIÇA PREMIAL: COMO A PARTE GERAL DO CÓDIGO PODE LEGITIMAR OS ACORDOS DE DELAÇÃO PREMIADA

VICTOR GABRIEL RODRÍGUEZ	97
1. Introdução – A delação premiada e o Código Penal.....	97
2. As tentativas de legitimar a delação a partir de leis processuais ou mistas.....	99
3. Relevante analogia: a Lei 9.099/95 e sua autodeclaração como norma processual	102
4. A Lei 12.850/2013 e sua original previsão de delação premiada	103
5. Segue: a precisão terminológica do termo ‘colaboração’ e ‘delação’	104
6. O HC 127.483 do Supremo Tribunal Federal: a delação como negócio jurídico processual	105
7. As alterações do “Pacote Anticrime”: nova definição para delação premiada ...	109
8. A figura penal: considerações sobre a punibilidade	110
9. Leis comparadas: Colômbia, Espanha e a solução argentina.....	115
10. Conclusão: Código Penal, delação e punibilidade	120

A CONTRIBUIÇÃO DA VÍTIMA NA TEORIA DO DELITO

JOÃO PAULO MARTINELLI e LEONARDO SCHMITT DE BEM	123
Introdução	123
1. Consentimento no direito penal	124
1.1. Função dogmática	124
1.2. Requisitos de validade	126
1.3. Natureza jurídica	127
1.3.1. Declaração de conformidade de vontades	127
1.3.2. Acordo de natureza civil (negócio jurídico)	128
1.3.3. Ausência de motivos antissociais	128
1.3.4. Ausência de interesse	130
1.3.5. Exercício de liberdade de ação do portador do bem jurídico	131
2. A moderna teoria da imputação objetiva	132
2.1. O desvalor da ação e o desvalor do resultado	133
2.2. O conceito de imputação objetiva	134
2.3. Os pressupostos da imputação objetiva	135
2.3.1. A criação do risco juridicamente proibido	135
2.3.2. A realização do risco não permitido	137
2.3.3. O alcance do tipo penal	143
3. Análise de casos da jurisprudência	149
3.1. O caso do atropelamento fora da faixa de pedestre.....	149
3.2. O caso do afogamento	149
3.3. O caso do mergulhador	153
Referências bibliográficas	155

INCITAÇÃO AO SUICÍDIO E À AUTOMUTILAÇÃO: DO CRIME AO *CYBERCRIME*

ULYSSES MONTEIRO MOLITOR	159
O novo tipo penal	163
O crime na sua modalidade cibernética	165
Dos novos crimes remetidos	169
Ação penal e competência	169
Direito intertemporal	170

Considerações finais	171
Referências bibliográficas	172
O PRINCÍPIO DA CONFIANÇA E SEUS REFLEXOS NO DIREITO PENAL BRASILEIRO: BALANÇO À LUZ DA DOCTRINA E DA JURISPRUDÊNCIA NOS 80 ANOS DO CÓDIGO PENAL PÁTRIO	
RODRIGO SÁNCHEZ RIOS	173
A. Considerações iniciais a respeito do princípio da confiança no direito penal...	173
B. Relevância sociológica do princípio da confiança	182
C. O princípio da confiança nas atividades juridicamente autorizadas	186
D. Limites à aplicação do princípio da confiança.....	193
E. O princípio da confiança e sua aplicação pela jurisprudência pátria	197
F. Considerações finais	202
CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO: UMA INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988	
TÚLIO VIANNA e LUCAS MIRANDA	205
1. Introdução	205
2. O conceito de laicidade.....	210
3. O bem jurídico de violação necessária no art. 208 do CP	219
a. Princípio da lesividade e necessidade de reconhecimento de um bem jurídico	219
b. A impossibilidade de consideração do sentimento religioso como bem jurídico	223
c. A liberdade religiosa como bem jurídico nos delitos do art. 208 do CP ...	227
4. Análise das condutas típicas previstas no artigo 208 do CP sob o foco do bem jurídico <i>liberdade religiosa</i>	230
a. Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa	230
b. Impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso.....	235
c. Vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso	237
5. Conclusão	242
Referências bibliográficas	244

PERDA ALARGADA: ASPECTOS CONTROVERTIDOS DO ARTIGO 91-A DO CÓDIGO PENAL

GUILHERME MADEIRA DEZEM	249
1. Considerações gerais.....	249
2. Relações entre o Direito Civil e o Direito Penal: o processo composicional...	250
3. O novo artigo 91-A	255
3.1. Perda alargada: descrição do sistema brasileiro	255
3.2. Natureza jurídica e ônus da prova.....	267
3.3. Questões processuais relevantes	273
4. Conclusão	278
Bibliografia.....	279

O CÁLCULO DA PENA EM COLABORAÇÃO PREMIADA

JULIANO BRENDA.....	283
1. Síntese da evolução legislativa e do tema	283
1.1. Histórico.....	283
1.2. Conceito e natureza jurídica.....	287
1.3. Distinção. Colaboração com acordo e colaboração sem formalização de acordo.....	289
2. As finalidades e resultados da colaboração premiada. Os pressupostos legais para a negociação e celebração do acordo e para a concessão dos benefícios ...	291
2.1. Condição de validade do acordo de colaboração. Legalidade, utilidade e interesse público	291
2.2. As finalidades do acordo de colaboração. Vetores para a determinação dos benefícios.....	294
2.2.1. A identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas.....	296
2.2.2. Revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa	297
2.2.3. A prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa	297
2.2.4. A recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa	298
2.2.5. A localização de eventual vítima com a sua integridade física preservada.....	299

2.2.6. § 1º <i>Em qualquer caso, a concessão do benefício levará em conta a personalidade do colaborador, a natureza, as circunstâncias, a gravidade e a repercussão social do fato criminoso e a eficácia da colaboração...</i>	300
2.2.7. <i>Perdão judicial</i>	302
2.2.8. <i>Circunstâncias inominadas</i>	304
2.2.9. <i>A originalidade das revelações</i>	305
2.3. <i>Vedações expressas e implícitas de benefícios. A estipulação de pena certa</i>	306
3. <i>A dosimetria</i>	314
4. <i>O exame na sentença condenatória de aspectos colaterais da colaboração e a fixação do regime inicial de cumprimento da pena</i>	315
Bibliografia	317
CULPABILIDADE, CAPACIDADE PENAL REDUZIDA E NEUROCIÊNCIAS: O CASO DA PSICOPATIA	
ÂNGELO ROBERTO ILHA DA SILVA	319
1. <i>Introdução</i>	319
2. <i>Em modo de um breve percurso da “Velha” à “Nova Parte Geral” do Código Penal: o problema da capacidade penal e sua repercussão juridico-penal.....</i>	321
2.1. <i>A “Velha Parte Geral”, a capacidade penal e o sistema duplo binário....</i>	321
2.2. <i>A “Nova Parte Geral” e a contribuição do finalismo à doutrina do crime, a capacidade penal e o sistema vicariante</i>	327
3. <i>A perturbação da saúde mental e a contribuição das neurociências: psicopatia como causa de semi-imputabilidade?</i>	335
Referências bibliográficas	365
À REVELIA DE HUNGRIA, UMA HONRA DILUÍDA – A (DES)PERSONIFICAÇÃO DO INDIVÍDUO E O DESMANTELAMENTO DA PROTEÇÃO DO BEM JURÍDICO “HONRA” NAS REDES SOCIAIS	
THIAGO ANASTÁCIO	375
1. <i>O crime contra a honra e sua jurisdição</i>	377
2. <i>As redes sociais. Um instrumento, não um novo mundo</i>	384
3. <i>Identidade entre instrumentos do passado e virtuais – Esqueuomorfismo</i>	386
4. <i>A desculpa da liberdade de expressão e crítica como causa de afrouxamento da tutela da honra</i>	388
5. <i>Conclusão</i>	392
Bibliografia	394

PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA: ENTRE A DOGMÁTICA E A JURISPRUDÊNCIA

ANDRÉ NICOLITTI	397
Introdução	397
1. Garantismo Penal, teoria do delito e Insignificância.....	398
1.1. Garantismo Penal	398
1.2. Dogmática, teoria do delito e insignificância.....	400
2. O tratamento jurisprudencial da insignificância.....	404
3. Dogmática deformada: apontamentos e razões.....	407
Referências.....	418